



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000169-16.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Rogério Batista de Souza**  
 Requerido: **N C JARDINAGEM LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

#### **Dispensado o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Saliente-se que as partes foram instadas a especificar provas, e silenciaram, conforme decisão de fls. 45 e certidão de fls. 60.

O STJ entende que "quando a parte permanece em silêncio diante do despacho que comandou a especificação de provas e do pedido de julgamento antecipado da lide, não pode investir contra o julgado por alegada ausência de estágio probatório" (REsp 160.968/DF, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ªT, j. 23/03/1999)

Trata-se de exegese que decorre de nosso sistema processual preclusivo e do princípio da boa-fé objetiva no processo, em razão da lealdade mínima exigível das partes, já que se a parte, instada a respeito, não requereu a produção de provas, não poderá, em *venire contra factum proprium*, posteriormente alegar cerceamento de defesa porque não aberta a instrução probatória.

No mesmo sentido: REsp 470.709/SP, Rel. Min. CASTRO FILHO, 3ªT, j. 06/04/2004; AgRg no Ag 206.705/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 03/02/2000.

Ingressa-se no mérito.

Há relação de consumo: o autor não foi destinatário final do serviço de jardinagem mas foi vítima do evento (art. 17, CDC).

A responsabilidade da ré é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, in verbis: "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

Segundo o § 1º do art. 14, "o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais ... o modo de seu fornecimento [inciso I]; o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam [inciso II]; a época em que foi fornecido [inciso III]".

Quanto ao caso em tela, com as vênias à ré, extrai-se que o serviço não forneceu a segurança que o consumidor dele poderia esperar, levando-se em consideração o modo pelo qual foi fornecido.

Segundo os elementos coligidos, o vidro do carro do autor foi quebrado (fls. 12) por uma pedra lançada pelo cortador de grama no momento em que o jardineiro cortava a grama do jardim em frente à residência do autor (fls. 2).

O fato é previsível deve-se considerar defeituoso o serviço, porque não forneceu a segurança exigível, levando-se em conta o modo pelo qual foi fornecido, já que, como comprovado pelo autor (fls. 11), em hipóteses como esta não se protege a totalidade dos veículos, e sim somente as laterais.

O aviso previamente feito, pelo condomínio, aos proprietários, a propósito do fato de que o serviço de jardinagem seria realizado, não é suficiente para afastar a responsabilidade da ré.

Tem total razão o autor ao afirmar, em réplica, que "a empresa deve trabalhar sempre com a hipótese de que haverá inúmeras situações em que os proprietários não conseguirão retirar os mesmos [os veículos]".

Não se pode falar em culpa exclusiva da vítima.

A ré é responsável.

Quanto à extensão dos danos, porém, tem razão a ré.

O autor já trocou o vidro, desembolsando R\$ 370,00.

Sustenta que o vidro é de qualidade insatisfatória e, em sendo acolhida a ação, efetuará novamente a troca, desta feita por vidros originais. Diz ainda que o vidro atualmente instalado inclusive deprecia o automóvel.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Todavia, o autor não comprova tais alegações. O fato comprovado nos autos é que já trocou o vidro e pagou R\$ 370,00. Não há prova de que o vidro atualmente instalado é de qualidade abaixo da razoável ou gere a depreciação.

Nesse sentido, inexistente fundamento para a condenação da ré ao pagamento de montante superior ao necessário para a troca por vidro de qualidade razoável e satisfatória, já realizada.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e CONDENO a ré NC JARDINAGEM LTDA a pagar ao autor ROGERIO BATISTA DE SOUZA a quantia de R\$ 370,00, com atualização desde a propositura da ação e juros desde o fato em 9/12/14.

Fica(m) desde já a(s) parte(s) ré(s) intimada(s), com a simples publicação desta no DJE, de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 23 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**